

São Paulo, São Paulo

Figura SP.1 - Número acumulado de óbitos e óbitos per capita em São Paulo e nos outros sete estados pesquisados

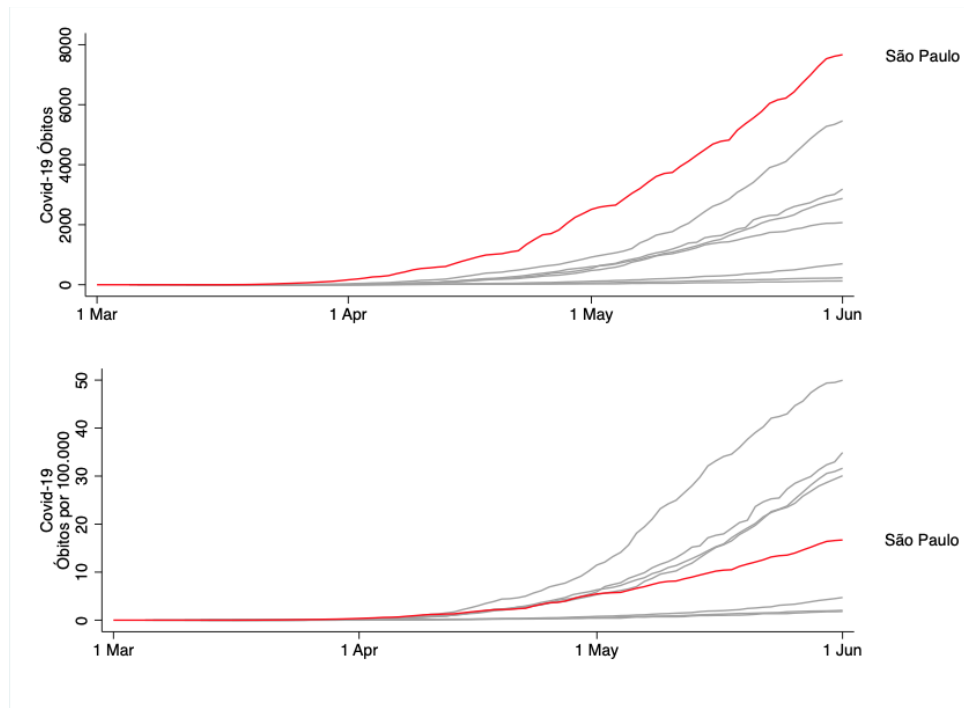
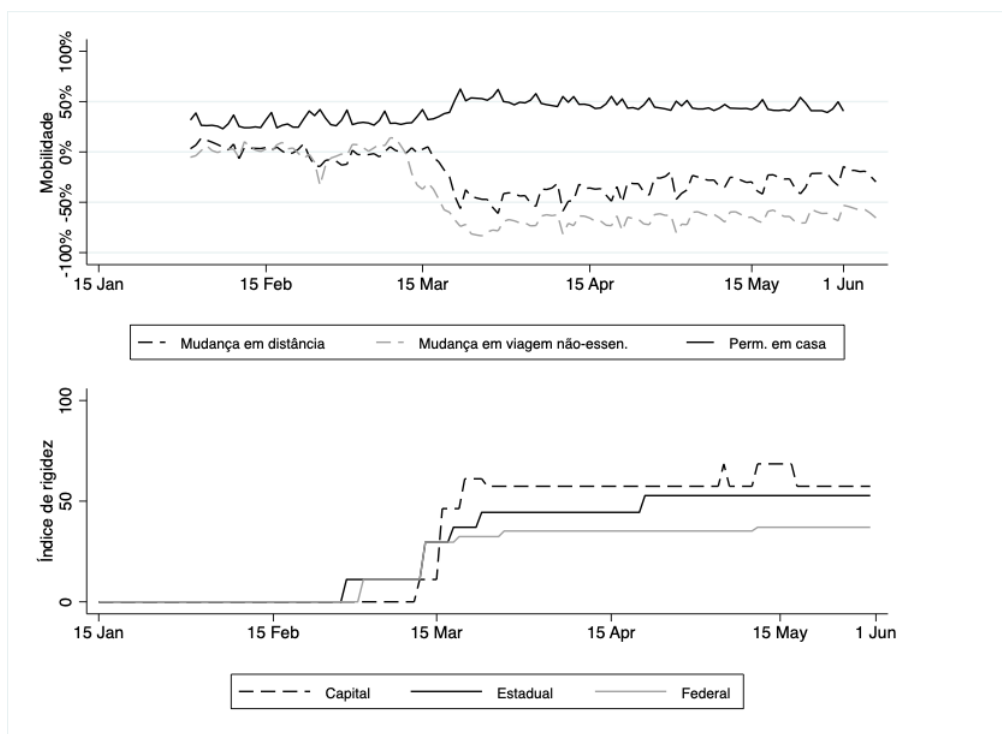


Figura SP.2 - Indicadores de mobilidade para São Paulo e índice OxCGRT de rigidez para diferentes níveis de governo



Respostas dos governos estadual e municipal

A cidade de São Paulo registrou o primeiro caso do novo coronavírus no Brasil, em 26 de fevereiro. O indivíduo em questão era um homem de 61 anos que havia chegado da Itália. O segundo, o terceiro e o quarto caso de Covid-19 também foram confirmados na cidade, que rapidamente se tornou o epicentro do surto no Brasil. A primeira morte do estado e do Brasil ocorreu em 17 de março. Até 15 de junho, o estado de São Paulo tinha registrado 388 casos e 23,3 mortes por 100.000 habitantes.

Em 16 de março, o governo do estado de São Paulo começou a introduzir medidas de distanciamento social. Por meio de um decreto, o governo exigiu que escolas e universidades fechassem gradualmente entre 16 e 23 de março, e, a partir de então, as aulas presenciais foram suspensas em todo o estado. Em 22 de março, o governador publicou outro decreto estabelecendo uma série de medidas mais rigorosas, permitindo que apenas serviços essenciais, certas indústrias, e construção civil continuassem em operação. O governador também recomendou que as pessoas se deslocassem dentro do estado apenas em circunstâncias excepcionais e que deixassem suas casas apenas para comprar mantimentos, por razões de saúde, ou para desempenhar funções consideradas essenciais. As medidas foram inicialmente adotadas até 7 de abril e, após serem prorrogadas várias vezes, ficaram em vigor até 31 de maio. A partir dessa data, o governo do estado implementou um plano em cinco fases para flexibilizar gradualmente as políticas de distanciamento.

Em 30 de março, o governo do estado anunciou uma nova campanha de comunicação que enfatizava a recomendação para a população ficar em casa. O governador também pediu às pessoas que não viajassem durante o feriado da Páscoa e do Dia dos Trabalhadores e, em particular, para não irem às praias por conta do risco de o vírus ser levado para cidades litorâneas com pouca infraestrutura de saúde pública.

Em 27 de maio, o governador publicou um plano faseado para afrouxar as políticas de resposta em partes do estado. De acordo com o plano, cada município poderia considerar a abertura gradual de locais de trabalho e espaços públicos a partir de 1º de junho, com base no número de casos, na disponibilidade de leitos hospitalares e no comportamento de indivíduos em espaços públicos. Em todos os 645 municípios de São Paulo, as atividades da indústria e da construção civil poderiam operar normalmente. O plano, no entanto, inicialmente mantém em vigor a proibição total de eventos públicos, peças de teatro, cinemas e reuniões com multidões (como festas, shows e eventos esportivos); tais restrições serão gradualmente revistas. As escolas continuam fechadas, mas a secretaria de educação do estado anunciou que as aulas seriam retomadas, inicialmente, com números reduzidos de alunos nas escolas.

O prefeito de São Paulo implementou regras adicionais, reforçando as políticas estaduais na capital. Em 17 de março, o prefeito assinou um decreto declarando estado de emergência, fechando museus, bibliotecas, teatros, clubes esportivos e centros culturais, cancelando todos os eventos públicos e limitando o público em enterros e funerais ao máximo de 10 pessoas. Em 20 de março, o governo municipal fechou todos os bares e restaurantes para atendimento ao público e recomendou que os moradores da cidade ficassem em casa.

Em 11 de maio, o prefeito adotou medidas adicionais para reduzir pela metade o número de carros circulando na cidade de São Paulo. Nos dias terminando em 0, 2, 4, 6 ou 8, apenas carros com placas terminando em números pares eram permitidos nas ruas. Nos dias terminando em 1, 3, 5, 7 ou 9, apenas carros com placas terminados em números ímpares podiam circular. Essa medida, no entanto, não foi considerada efetiva para reduzir a mobilidade na cidade (de acordo com dados de celular) e foi revogada após apenas uma semana. Ônibus extras foram adicionados à frota de transporte público para reduzir o número de passageiros em cada veículo de transporte público.

A partir de 1º de junho, de acordo com os critérios estabelecidos no plano elaborado pelo governo do estado, a cidade de São Paulo entraria na fase 'laranja', na qual algumas atividades não essenciais (incluindo shopping centers e estabelecimentos de comércio e de serviços) poderiam abrir suas portas ao público. Tal reabertura, no entanto, depende da aprovação de uma proposta apresentada por representantes de cada setor ao governo municipal, listando todas as medidas de proteção que seriam adotadas para o setor, incluindo turnos alternados, protocolos de higiene e distanciamento social, e apoio ao cuidado de dependentes, entre outras. Após analisar diversas propostas, o governo da cidade de São Paulo aprovou a reabertura do comércio de rua a partir de 10 de junho e de shopping centers a partir do dia seguinte.

Resultados da pesquisa em São Paulo

São Paulo, capital do estado com o mesmo nome, é uma cidade enorme de 12,2 milhões de habitantes, com 12% da sua população acima de 60 anos de idade. O IDH da cidade é 0,805, o que a torna a 7ª capital mais desenvolvida (entre 27 cidades).

Aproximadamente 13% dos entrevistados em São Paulo não haviam saído de casa em nenhum dia ao longo de duas semanas, no período entre 22 de abril e 13 de maio. Aqueles que saíram, deixaram as casas em média 5,44 dias. Cerca de 81% dos residentes de São Paulo saíram de casa para irem ao supermercado, à farmácia ou ao banco; 24% saíram de casa para o trabalho (comparado a 65% em fevereiro). Entrevistados que deixaram suas casas nos últimos 14 dias, estimaram que 74% das pessoas na rua, em média, estavam usando máscaras. Oito por cento das pessoas relataram terem tido pelo menos um sintoma do Covid-19 na semana anterior, 3% disseram terem sido testados e 1% afirmou ter tentando fazer um teste, mas não conseguiu.

Os entrevistados que visitaram hospitais e supermercados relataram o uso difundido de máscaras entre funcionários, e medidas foram estabelecidas para garantir uma distância física de pelo menos 2 metros entre as pessoas. Nesses locais, os visitantes encontraram fácil acesso à sabão ou álcool gel para lavar às mãos. Os entrevistados que saíram para trabalhar relataram que o distanciamento social no local de trabalho era menos comum; 58% das pessoas desse grupo disseram que seu local de trabalho adotou medidas para manter uma distância de 2 metros entre trabalhadores.

As mudanças no transporte público fizeram pouco para impedir que as pessoas realizassem as atividades pretendidas. Apenas 8% dos entrevistados afirmaram terem encontrado esse obstáculo. Em fevereiro, 36% das pessoas teriam usado transporte

público. Vinte e dois por cento disseram que usaram esse tipo de transporte nas duas semanas anteriores.

O índice médio entre os entrevistados em São Paulo para o conhecimento sobre os sintomas do Covid-19 foi de 83 em 100. O índice médio para o conhecimento sobre o significado e as práticas do auto-isolamento foi de 44 em 100 (veja uma explicação desses índices na seção reportando os resultados principais).

Apenas uma pequena proporção das pessoas em São Paulo disse que acredita que o sistema de saúde pública de sua região está bem preparado (11%) ou muito bem preparado (8%) para lidar com o surto do novo coronavírus, enquanto 86% disseram que estavam preocupadas (11%) ou muito preocupadas (75%) com a possibilidade de escassez de equipamentos médicos, leitos hospitalares ou médicos.

Para Paulistas, noticiários de TV (62%) e jornais e sites de jornais (19%) foram as principais fonte de informações sobre o Covid-19. Entre os 69% da população que virou ouviu uma campanha de informação pública sobre o Covid-19, a grande maioria (89%) assistiu uma na TV, 41% no jornal, 29 % em blogs, 29% via Facebook ou Twitter, e 23% pelo WhatsApp. O governo do estado foi percebido como a principal fonte dessas campanhas de informação; 67% das pessoas disseram terem assistido a uma campanha do governo estadual.

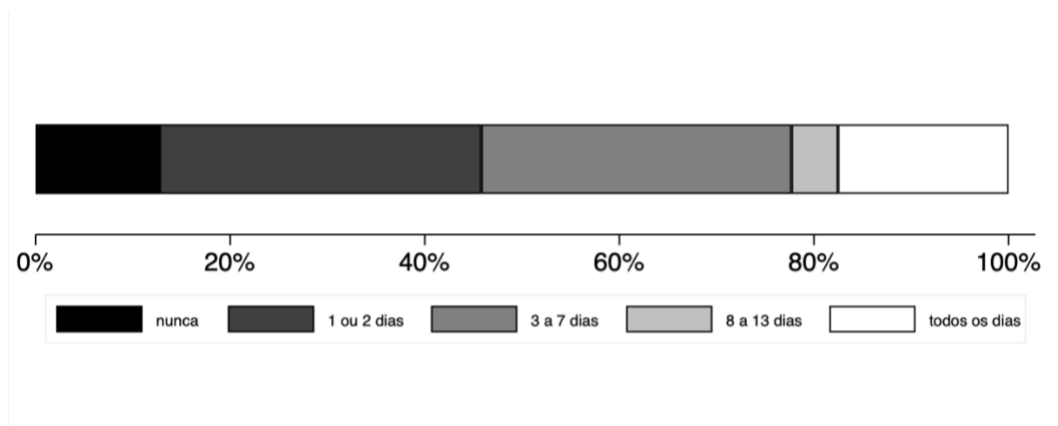
Cerca de 56% das pessoas disseram que sua renda havia diminuído desde fevereiro, e 35% disseram ter experimentado uma queda de 50% ou mais. Sete por cento da população relatou uma perda total de renda.

A grande maioria dos paulistas (81%) vê o Covid-19 como mais do que apenas uma gripe. Aproximadamente a mesma proporção de pessoas (45%) avalia as medidas introduzidas para combater a propagação da doença como menos rigorosas do que o necessário, do que a proporção de pessoas que acredita que tais medidas são adequadas (43%). Apenas 12% dos entrevistados disseram que as medidas eram excessivamente rígidas. As pessoas em São Paulo acreditam que levará, em média, 4,3 meses para que todas as restrições sejam removidas. Vinte por cento esperam que todas as medidas sejam retiradas de uma só vez.

Este resumo é parte de um estudo mais abrangente sobre as respostas governamentais ao Covid-19 no Brasil. Acesse <https://www.bsg.ox.ac.uk/research/research-projects/brazils-covid-19-policy-response> para o relatório completo: Petherick A., Goldszmidt R., Kira B. e L. Barberia. 'As medidas governamentais adotadas em resposta ao Covid-19 no Brasil atendem aos critérios da OMS para flexibilização de restrições?' Blavatnik School of Government Working Paper, Junho 2020.

Figura SP.3 - Distanciamento social, conhecimento e testes na cidade de São Paulo

A. Número de dias em que pessoas entrevistadas saíram de casa nas últimas duas semanas



B. Teste, conhecimento, uso de máscara e razões para sair de casa

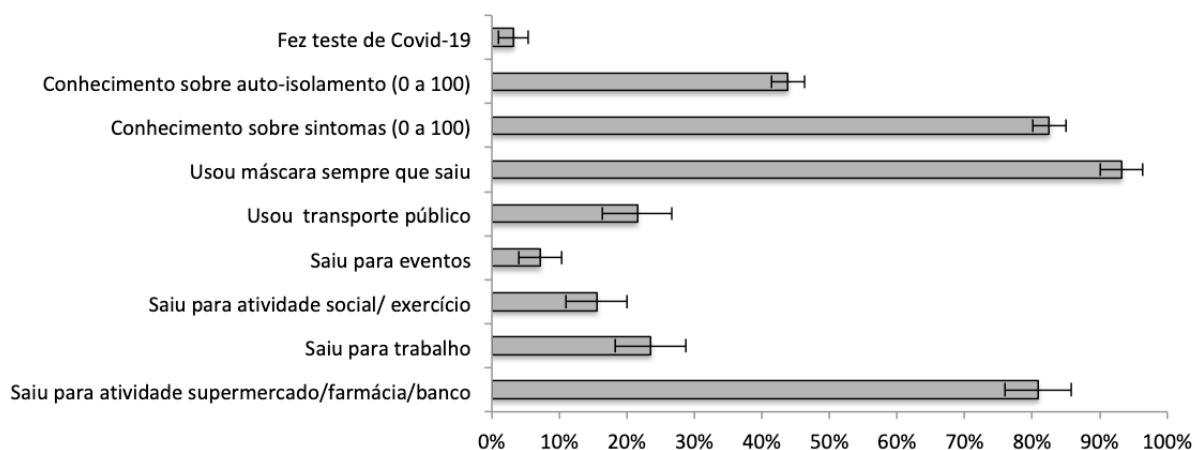


Figura SP.4 - Higiene das mãos, distanciamento e uso de máscaras

